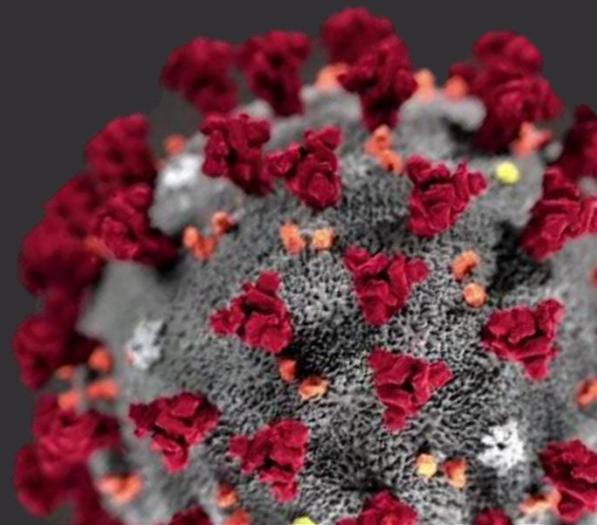


# Painel de Monitoramento

## Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte), que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do SINE em Minas Gerais;
- Medo do desemprego;
- Salário-mínimo 2021;
- Estimativa da inflação em 2020;
- Mercado de trabalho em ritmo lento;
- Situação do varejo pós Auxílio Emergencial.

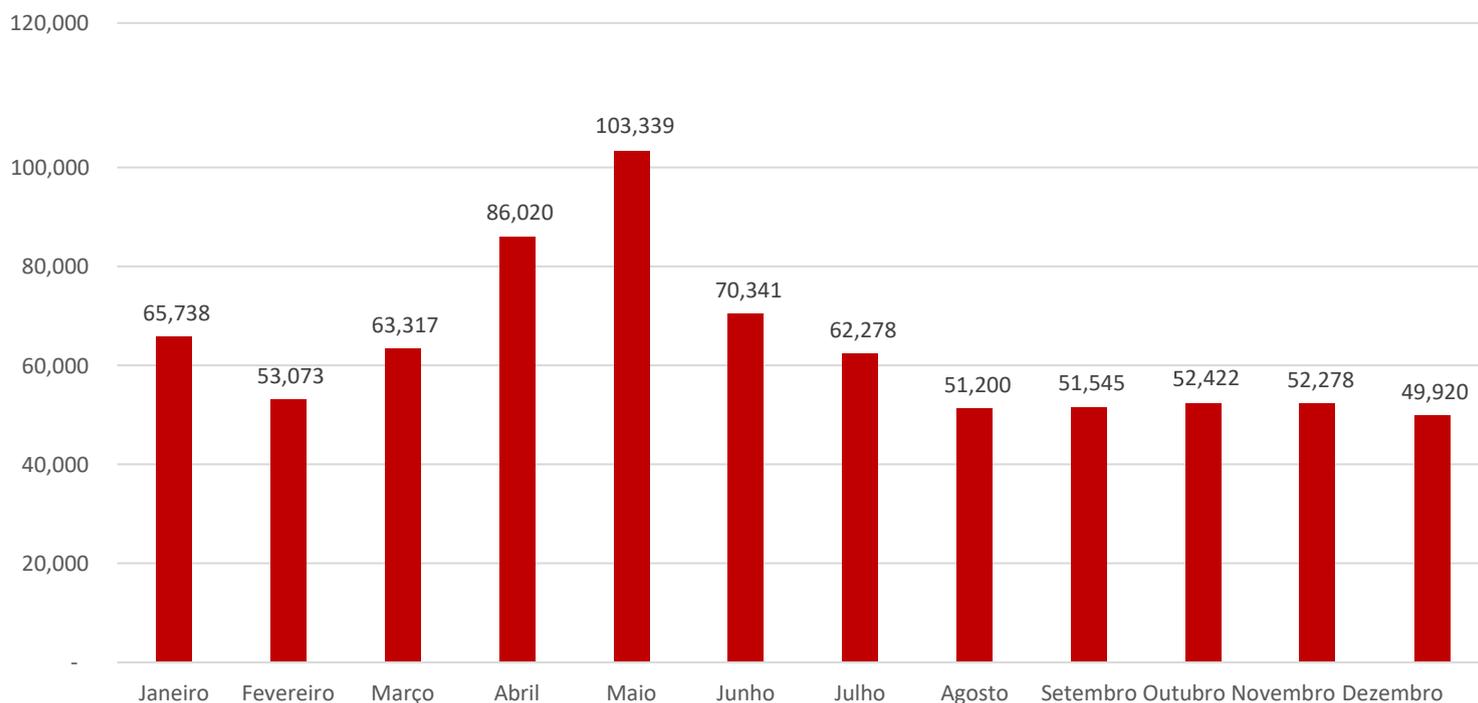
## SEGURO-DESEMPREGO

### Minas Gerais registra mais de 760 mil requisições do Seguro Desemprego em 2020

Com o aumento dos casos de Covid-19 no Brasil e no mundo, a economia global sofreu um forte abalo, situação verificada de forma contundente no Brasil, cujo mercado de trabalho foi severamente impactado com o fechamento de milhões de postos de emprego. Diante desse novo contexto, o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho analisou, semanalmente, a evolução do número de solicitações do Seguro-Desemprego em Minas Gerais e no Brasil, a fim de acompanhar os efeitos da pandemia sobre o mercado formal. Os dados que embasaram as análises provêm do Ministério da Economia, e permitiram identificar como - especialmente nos meses de abril e maio - houve um pico sem precedentes de requisições do benefício em Minas Gerais, o que evidencia um movimento de demissões em massa nos meses de março e abril, dado o lapso temporal entre o desligamento e a solicitação do Seguro-Desemprego.

Assim, o estado de Minas Gerais atingiu a marca de 761.471 benefícios pagos em 2020, número este 0,7% maior que 2019. Se observado apenas esse aumento percentual, pode-se pensar que, considerando o grau de excepcionalidade da atual pandemia, essa é uma variação pouco significativa. No entanto, os impactos no mercado de trabalho excedem a demissão, que constitui o caso mais extremo de corte de gastos. Isso porque, antes de recorrer a essa última alternativa, muitos empregadores optaram por reduzir o expediente de trabalho e a remuneração de seus colaboradores. Ademais, o acesso ao Seguro-Desemprego ainda é um privilégio restrito a uma pequena parcela de trabalhadores que estão assistidos por esse tipo de programa de seguridade social.

## Requisições do Seguro Desemprego em Minas Gerais em 2020



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

## Requisições do Seguro Desemprego no Brasil - 2020



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

É curioso destacar que, em 2020, ao contrário do ano anterior, prevaleceram as requisições online do Seguro-Desemprego em Minas Gerais, uma média de 55%, que contrasta com os 3,5% de participação web registrados em 2019. Contudo, nos meses iniciais de pandemia, a procura pelo serviço digital foi ainda maior, próxima de 90% na primeira quinzena de abril.

Uma análise mais focalizada dos dados permite identificar que, em Minas Gerais, o setor de Serviços (36%) e o Comércio (25%) foram os maiores demandantes do Seguro-Desemprego. Na sequência, aparecem a Indústria (18%), a Construção (12%) e a Agropecuária (7%). Quanto ao perfil de público requerente, a maior proporção corresponde a trabalhadores do sexo masculino, com faixa etária entre 30 e 39 anos, ensino médio completo e remuneração de até 1,5 salários-mínimos.

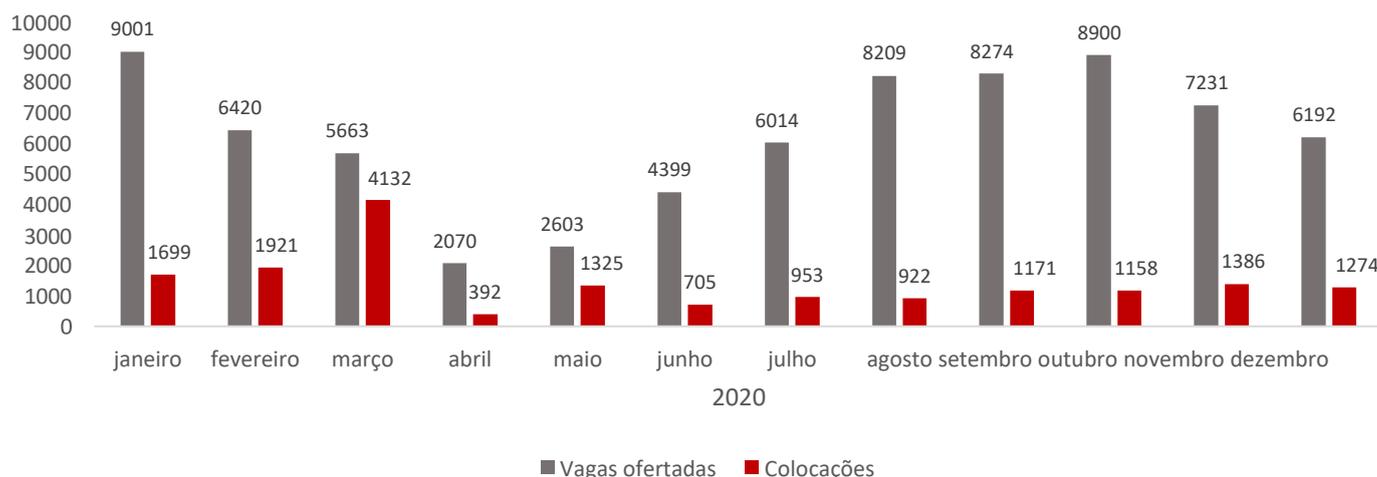
## ESTATÍSTICAS DO SINE

### Rede SINE em Minas Gerais encerra 2020 com quase 75 mil vagas ofertadas e mais de 17 mil trabalhadores contratados

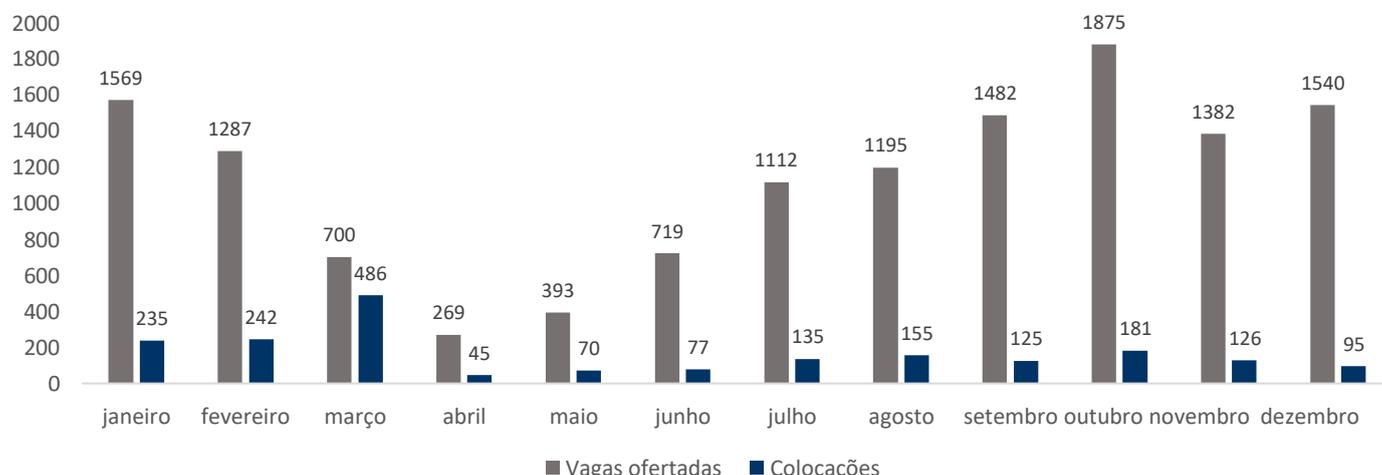
No ano de 2020, em que pese o cenário de instabilidade provocado pela pandemia de Covid-19, as unidades do SINE em Minas Gerais registraram, nos diferentes serviços ofertados pela rede, 869.635 atendimentos, que contemplam prestações variadas, como encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados e suscitou a demanda, por parte do trabalhador, para a volta dos serviços presenciais. Por isso, diante das medidas de flexibilização do isolamento social que entraram em vigor a partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o acolhimento presencial mediante agendamento prévio. Os gráficos abaixo detalham os resultados observados no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte durante o ano de 2020:

#### Intermediação de Mão de Obra - Minas Gerais



#### Intermediação de Mão de Obra - RMBH



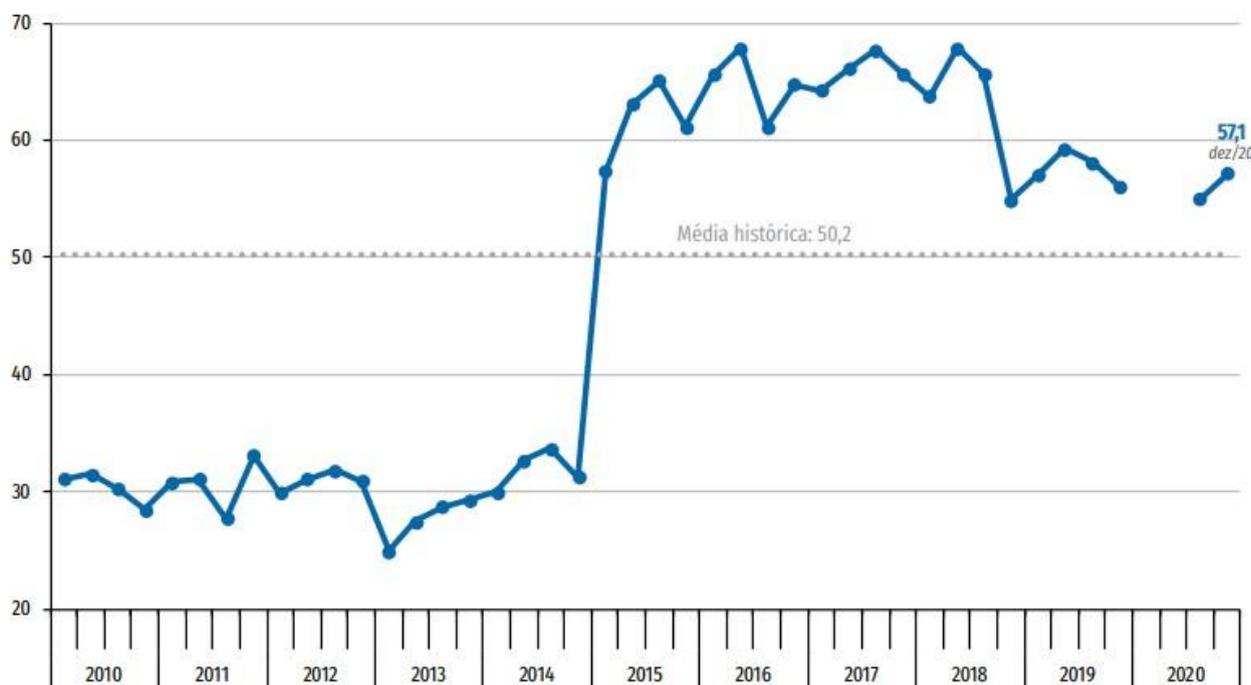
## CRESCIMENTO DO MEDO DO DESEMPREGO

### Medo é maior entre mulheres, moradores de periferia e pessoas com menor escolarização

Uma pesquisa realizada entre os dias 5 e 8 de dezembro pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que o quadro de incertezas quanto ao futuro da economia ainda tem assustado muitos trabalhadores brasileiros. O Índice do Medo do Desemprego (IMD) ficou em 57,1 pontos, apontando crescimento de 2,1 pontos frente ao levantamento anterior, realizado em setembro. Na comparação com dezembro de 2019, o indicador ficou 1 ponto acima.

A pesquisa detectou uma diferença no IMD entre trabalhadores dos sexos masculino e feminino. Enquanto o indicador para mulheres ficou em 64,2 pontos, para os homens chegou a 49,4 pontos, o que indica que o medo de ficar sem trabalho é maior entre as mulheres. Em relação a setembro, houve crescimento do IMD para os sexos masculino e feminino; 2,6 e 1,8, respectivamente. Vale lembrar que em dezembro de 2019, o IMD das mulheres também era maior que o dos homens (63,2 para elas e 48,5 para eles).

#### Índice de Medo do Desemprego



Notas:

1 - Índice varia de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior o Medo do desemprego.

2 - Não há indicadores para março e junho de 2020 porque a pesquisa não foi realizada nesse período devido à pandemia de Covid-19.

Fonte: IMD. Elaboração: Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os resultados da pesquisa mostraram também que, além das mulheres, pessoas com menos escolaridade temem mais a perda do emprego. Entre os entrevistados com escolarização até a 4ª série do ensino fundamental, o IMD ficou em 59,1 pontos e entre aqueles com escolarização entre 5ª e 8ª série do fundamental, 59,2. Ambos apresentaram leve queda na comparação com setembro. O IMD dos entrevistados com ensino médio completo ficou em 56,3, após aumento de 1,7 pontos frente a setembro. Entre os entrevistados com ensino superior, o indicador registrou crescimento em relação ao último levantamento, saltou de 50,1 para 54,7; entretanto, mesmo com o crescimento

relativamente alto de 4,6 pontos, ainda é o IMD mais baixo entre os estratos por grau de instrução.

Na análise geográfica, o estudo constatou que o medo de ficar sem trabalho também é maior entre os moradores das periferias. O IMD apresentou forte crescimento na comparação com setembro, saltou de 55,9 para 65,5 pontos. Entre os moradores das capitais, o indicador cresceu 0,5 ponto e chegou a 57,5 em dezembro. Já nos municípios do interior, o IMD ficou em 55,2, após variação positiva de 1,2 ponto frente a setembro.

## Medo do desemprego cresce entre os brasileiros

A satisfação com a vida do brasileiro cresceu no fim de 2020, chegando a 70,2 pontos. Mesmo assim, a população encerrou 2020 com mais temor de perder o trabalho.



## SALÁRIO-MÍNIMO EM 2021

### Remuneração base passa a valer R\$ 1,1 mil, reajuste de 5,26% em relação ao ano anterior

A Medida Provisória nº 1.021, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 2020, prevê que, a partir do dia primeiro de janeiro de 2021, o salário-mínimo em vigor no Brasil passe a ser de R\$ 1.100,00. No ano passado, o valor estava cotado em R\$ 1.045, o que significa que o reajuste em relação a 2020 foi de 5,26%. Para tanto, levou-se em consideração uma estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de janeiro a novembro e a variação do mercado financeiro para o índice em dezembro de 2020.

No entanto, como a remuneração base foi calculada a partir de uma estimativa do INPC que não se confirmou, é possível que o salário-mínimo seja novamente reajustado, com aumento de R\$2 para assegurar ganhos reais ao trabalhador, ou seja, correções acima da inflação. Isso porque, no dia 12 de janeiro de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que o INPC de 2020 ficou em 5,45%, valor acima das estimativas feitas pelo governo.

André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que o INPC não traz exatamente um aumento, mas devolve o poder de compra corroído pela inflação. "Ele mantém o equilíbrio econômico e financeiro. Você coloca a pessoa na mesma posição que ela estava em 2020. A gente sabe que a renda é corroída pela inflação, o nosso poder aquisitivo diminui à medida que a inflação aumenta. Então o que se faz através do INPC é devolver o poder de compra do ano passado. Então, a família não vai ficar numa situação melhor, ela vai ficar numa situação semelhante à do ano passado", explica o economista.

Apesar de o novo reajuste no valor de R\$ 2 parecer irrisório em um primeiro momento, é importante considerar que essa correção implica um significativo impacto sobre as contas públicas, visto que o salário-mínimo também afeta os pagamentos de seguros-desemprego e aposentadorias no Brasil. De acordo com o Ministério da Economia, para cada R\$ 1 de aumento no salário-mínimo, há elevação de despesas de R\$ 351,1 milhões.

## ORÇAMENTO FAMILIAR SOB PRESSÃO

### Depois da inflação de 4,52% em 2020, ano começa com alta de preços agravada por estagnação ou até perda de renda

O brasileiro viu seu custo de vida aumentar significativamente ao final de 2020 devido à expansão dos preços num contexto em que a pandemia de Covid-19 já vinha impondo a perda ou estagnação da renda para muitas famílias. Especialistas avaliam que, neste início de ano, a inflação deve comprometer ainda mais o orçamento familiar, pois estão previstos novos reajustes nos planos de saúde, nos aluguéis e em itens que fecharam o ano passado em queda, como os combustíveis. A pressão nos preços dos alimentos também deve persistir, uma vez que a demanda interna continua aquecida. Além disso, como é comum em janeiro, vários gastos familiares se acumulam e, geralmente, são acompanhados de correções, como é o caso do Imposto Predial e

Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e das contribuições para os órgãos de classe.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação no país, fechou 2020 acumulado em 4,52%. Mesmo abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano, que era de 5,5%, o indicador foi o maior desde 2016. Um dos principais impactos para os consumidores em 2020 foi a elevação de 14,09% nos preços de alimentos e bebidas, a maior expansão desde 2002.

Ao divulgar a inflação de 2020, o IBGE expôs a disparada nos preços vários itens, como óleo de soja, que fechou o ano em média 103,79% mais caro, e o arroz, que teve aumento de 76,01% em 2020. Outros itens importantes na cesta das famílias também subiram expressivamente, entre eles, o leite longa vida (26,93%), as frutas (25,40%), as carnes (17,97%), a batata-inglesa (67,27%) e o tomate (52,76%).

Na capital mineira, o valor da cesta básica, que representa os gastos de um trabalhador adulto com a alimentação, chegou a R\$ 566,80 em dezembro passado, valor 22,09% superior ao mesmo mês de 2019, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead/UFGM), que acompanha os índices de preços na capital mineira. Para a economista coordenadora do IPCA de BH no Ipead, Thaize Martins, as perspectivas são incertas para 2021, uma vez que a dinâmica da pandemia continua sendo fator preponderante para o desempenho econômico. Ela credita à pandemia a mudança no comportamento do índice de preços em 2020 e não vê alteração em curto prazo. Para Thaize, além da inflação, a quantidade de contas em janeiro faz o consumidor brasileiro olhar com pessimismo para este início de ano.

Fonte: Jornal Estado de Minas. Para acessar o conteúdo completo dessa matéria, [clique aqui](#).

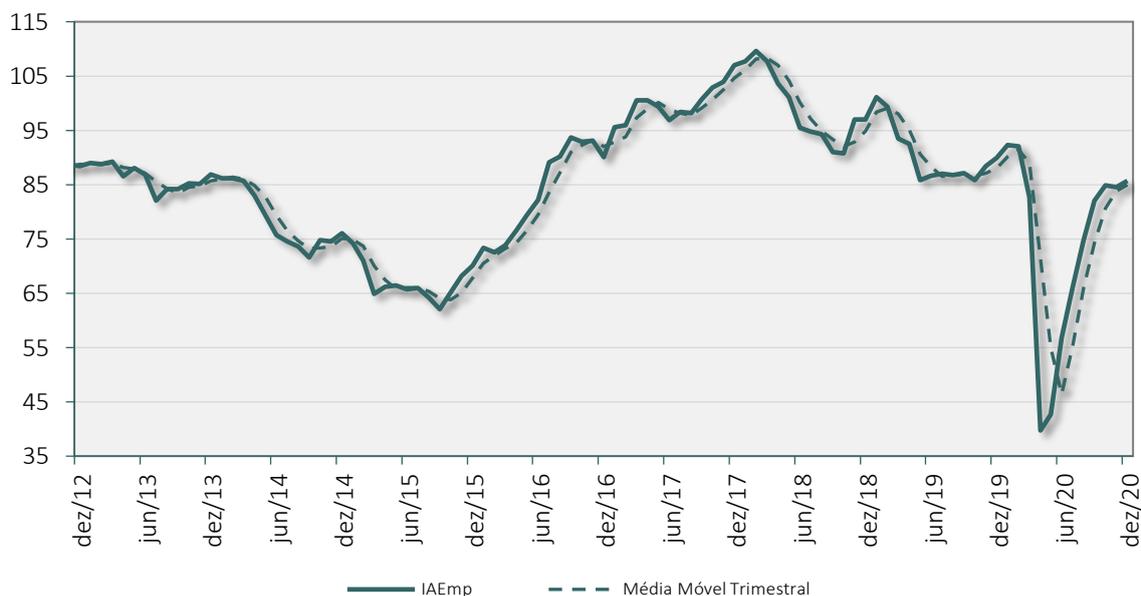
## MERCADO DE TRABALHO

### Indicadores estimados pela FGV apontam que plena recuperação deve ser lenta

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), estimado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 1,2 ponto no mês de dezembro e alcançou 85,7 pontos, patamar mais elevado desde o mês de fevereiro. O IAEmp é um indicador que possui relação positiva com o nível de emprego no país, ou seja, quanto maior for o índice, melhor a expectativa para o mercado laboral. Seu principal objetivo é antecipar os movimentos do mercado de trabalho brasileiro.

“O resultado de dezembro mostra que ainda está em curso o processo de recuperação das perdas sofridas na população ocupada no início da pandemia. Apesar da melhora, ainda é preciso considerar o patamar baixo do indicador, inferior ao observado em fevereiro de 2020, período anterior à pandemia. O ritmo ainda deve permanecer lento nesse início de ano considerando o processo de transição dos programas emergenciais do Governo e alta incerteza”, afirma Rodolpho Tobler, economista da FGV IBRE.

## Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp)



Fonte: IAEmp. Elaboração: FGV IBRE

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) avançou 3 pontos na passagem de novembro para dezembro e chegou a 102,6 pontos, o maior nível desde janeiro de 2017. O ICD capta a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho no momento presente e, diferente do IAEmp, quanto maior a pontuação, pior a percepção.

“A piora pelo segundo mês consecutivo do ICD sugere aumento na taxa de desemprego nos últimos meses de 2020. Com o fim do auxílio emergencial em dezembro, muitos consumidores voltaram a buscar emprego e encontraram dificuldade de retornar ao mercado de trabalho com baixas perspectivas de melhora significativa no curto prazo”, de acordo com Tobler.

## DIFICULDADES PARA O VAREJO

### Manter o crescimento após o fim do auxílio emergencial será grande desafio para o setor no primeiro trimestre

A realização do planejamento para o primeiro trimestre de 2021 é, sem dúvida, um dos maiores desafios para as empresas neste início de ano, afinal, as incertezas quanto ao efetivo retorno à normalidade estão elevadas em todo país. Ao menos dois fatores contribuem diretamente para isso: fim do auxílio emergencial e dúvidas quanto ao início da vacinação no Brasil. O setor de varejo, após sofrer uma queda de 16,6% nas vendas em abril, registrou crescimento durante 5 meses consecutivos até o mês de setembro, quando o volume de vendas chegou a superar em 0,9% o desempenho de setembro de 2019. Segundo consultores ouvidos pela CNN Brasil, o auxílio emergencial foi crucial para evitar um impacto maior no setor durante o ano de 2020.

“O auxílio emergencial foi essencial para o desempenho do varejo em 2020. Tivemos a reação do setor em uma curva em ‘V’ quase perfeita”, afirma Alberto Serrentino, especialista em varejo e fundador da consultoria Varese Retail.

Segundo o governo federal, com o auxílio emergencial, foram repassados 288,7 bilhões de reais para quase 68 milhões de brasileiros. Para se ter uma ideia da dimensão do valor, entre 2016 e 2019 o Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do Brasil, distribuiu 117,22 bilhões, ou seja, menos da metade do que foi transferido pelo auxílio emergencial, que durou menos de um ano.

Essa transferência de renda sem precedentes para camadas da população que tradicionalmente poupam muito pouco – porque, na maioria das vezes, isso é impossível – rapidamente se transformou em consumo e impulsionou as vendas do comércio em plena crise econômica. Porém, o fim do auxílio em 2021 coincide com um trimestre tradicionalmente ruim para o varejo, pois além da ressaca de fim de ano, após as compras de Black Friday, Natal e Ano Novo, e sem o décimo

terceiro salário para ajudar a quitar dívidas, é exatamente quando chegam despesas importantes do ano, como IPTU, IPVA e material escolar, o que deve reduzir as vendas.

Serrentino espera um resultado ruim do varejo para os primeiros meses deste ano, tanto pelos fatores já citados quanto pela base de comparação forte do ano passado, já que o desempenho do setor nos meses de janeiro de fevereiro de 2020 não foi prejudicado pela pandemia. Um dos poucos setores do varejo que pode estar otimista para esse início de ano é o de e-commerce, que cresceu muito com a pandemia.

A dica para os gestores de empresas varejistas, em especial as de pequeno porte, é ficar ainda mais atento ao fluxo de caixa, não relaxar no controle de despesas fixas e negociar para cortar custos sempre que possível, evitando assim maiores prejuízos e até o encerramento do negócio.